

**ATA DA 1.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA (ÚNICA REUNIÃO) DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AMARES, REALIZADA NO DIA  
VINTE E CINCO DE ABRIL DE DOIS MIL E QUINZE**

----- Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, nesta Vila de Amares e no salão nobre do edifício dos Paços do Concelho, realizou a Assembleia Municipal de Amares a **primeira Sessão Extraordinária** do corrente ano, única reunião, a que presidiu o excelentíssimo senhor Presidente da Mesa – **João Januário Tomás Domingues Veloso de Barros**, coadjuvado pela Primeira Secretária – **Maria Gracinda Viegas Ferreira Louro Faustino** e pela Segunda Secretária – **Sofia Amélia Araújo Pinto**, e em que participaram os excelentíssimos membros: **Grupo Municipal do Partido Socialista** – Francisco António Pereira Alves, Sofia Raquel Fernandes de Sousa, João Batista Veloso, Mário Mendes, Paula Filomena Ferreira da Silva, João Luís Pereira Teixeira, Valéria da Silva, João Carlos Taveira Ribeiro e os srs. Presidentes de Juntas de Freguesia: de Dornelas – António Araújo Paredes, de Bouro (Santa Maria) – Elisabete Barbosa da Cunha e da União das Freguesias de Ferreiros, Prozelo e Besteiros – Paulo Jorge Almeida Gomes; **Grupo Municipal Movimento Independente Amares Primeiro** – José Lopes Gonçalves Barbosa, António Jorge Ferreira Pinto, Manuel Moreira Bastos e pelos srs. Presidentes de Juntas de Freguesia: da União das Freguesias de Caldelas, Sequeiros e Paranhos – José Manuel Fernandes Almeida, de Fiscal – Augusto Fernandes Rodrigues Macedo, de Goães – Adelino José Peixoto de Sousa, de Lago – Delfim Manuel Silva Rodrigues, e de Rendufe – Domingos de Almeida Alves; **Grupo Municipal do Partido Social Democrata** - Elisabete Maria Martins de Macedo, Martinho Gonçalves Antunes Braga e os srs. Presidentes de Juntas de Freguesia: da União das Freguesias de Amares e Figueiredo – João da Silva Martins (em regime de substituição), de Bouro (Stª Marta) – Carlos Manuel Vilela Pereira Portela e de Carrazedo – João Manuel Vieira Soares; **Grupo Municipal do CDS-PP**: Vítor Patrício Rodrigues Ribeiro e o sr. Presidente da Junta de Freguesia de Barreiros – Silvério de Jesus Barroso da Silva; **Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária**: Amândio Jorge da Cunha Antunes; **Presidentes de Juntas de Freguesia – Mandatos Independentes**: da Freguesia de Bico – Fernando Daniel Fernandes Soares, Freguesia de Caires – Pedro António Rodrigues da Silva e da União das Freguesias de Torre e Portela – António Emanuel Afonso Ribeiro. -----

O sr. presidente da Mesa da Assembleia, comunicou as substituições feitas, nos termos do disposto no artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 janeiro, 67/2007, de 31 de dezembro, pelos seguintes membros: **João Maria Gonçalves Pereira de Oliveira**, integrado no Grupo Municipal do CDS/PP, no período entre vinte e dois de abril e vinte e dois de maio de dois mil e quinze, pelo eleito imediatamente a seguir na respetiva lista, **Rafael Jesus Santos Pereira**, que fora devidamente convocado. Tendo-lhe sido verificada a sua identidade e legitimidade, passou o mesmo a participar. Seguidamente, o sr. presidente da Mesa da

Assembleia, comunicou que o sr. presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Amares e Figueiredo – **Alberto Martinho Antunes**, integrado no grupo Municipal Partido Social Democrata, comunicou, por escrito, nos termos do disposto na al. c), do artº 18.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a sua substituição, durante o dia vinte e quatro e vinte e cinco de abril de dois mil e quinze, pelo representante legal por si designado: **João da Silva Martins** – Tesoureiro da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Amares e Figueiredo, que se encontrava presente na sala. Tendo-lhe sido verificada a sua identidade e legitimidade, passou o mesmo a participar. -----

**AUSÊNCIAS:** Verificado o mapa de presenças e feita a chamada foram registadas as seguintes ausências: **FALTAS NÃO JUSTIFICADAS:** membros **João Luís Veloso Alves Esteves** (MIAP), **Rafael Jesus Santos Pereira** (em regime de substituição, pelo CDS-PP) e o sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vilela, Seramil e Paredes Secas – **Rui Manuel Maia Tomada**.

**PRESENCAS DO ÓRGÃO EXECUTIVO:-** Estiveram presentes os excelentíssimos Presidente da Câmara Municipal senhor Manuel da Rocha Moreira, os senhores Vereadores: Júlia Ribeiro da Silva (em regime de substituição), Isidro Gomes de Araújo, Jorge José Tinoco Ferreira, Sandro Miguel de Macedo Peixoto, Cidália Maria Alves de Abreu e Maria Filomena da Silva Araújo. -----

Secretariou a reunião o Técnico Superior - Rui Agostinho Gonçalves Veloso, que havia sido designado para o efeito. -----

A Ordem do Dia para esta sessão era a seguinte: -----

**PONTO 1 – SESSÃO SOLENE DAS COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL DE 1974.** -----

Às onze horas e trinta minutos, verificando-se que estava reunido quórum e em conformidade com o disposto nos n.ºs 1 e 4, do artigo 13.º do Regimento desta Assembleia, o senhor presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão. -----

#### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----**Sr. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Agradeceu publicamente às instituições que colaboraram nas cerimónias protocolares e eventos inclusos no programa das comemorações do 41.º aniversário do 25 de Abril de 1974. -----

#### ORDEM DO DIA

**PONTO ÚNICO:- SESSÃO SOLENE DAS COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL DE 1974.** -----

----- **AMÂNDIO JORGE DA CUNHA ANTUNES (CDU):**- Transcreve-se na íntegra o texto que serviu de base à sua intervenção: “Estamos aqui, hoje, reunidos em torno das celebrações do quadragésimo primeiro aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974. Comemorar Abril não é um ato de nostalgia, uma forma de olhar para um passado que seria só tempo de boas memórias. Há os que se apressam para fazê-lo para concluir que, de Abril, apenas a data restou. Fazem-no não porque saibam que isso seja verdade, mas porque pretendem iludir o que muito de Abril perdura e se lhes atravessa no caminho da sua ofensiva destruidora contra direitos conquistados. Por isso, desta forma, é da mais elementar justiça propor que as comemorações do mais belo e importante acontecimento do século XX em Portugal, e a nível internacional, jamais fiquem constrangidas ou, mesmo, reduzidas a um qualquer evento mais da agenda protocolar. A nossa Revolução Democrática e Nacional incumbe-nos de responsabilidades redobradas, visto que estamos a comemorar Abril perante uma franja da população que ainda não tinha nascido, composta por crianças, um grupo populacional que cresceu considerando natural e inquestionável a convivência em liberdade e no âmbito de uma democracia política. Importa lembrar, no seio daquele esforço que compreende a preservação dos Valores de Abril, o que era o nosso País antes de Abril e o que representou a Revolução como ato e processo, o que significam as suas conquistas, as suas transformações, as suas realizações e a participação de todos, com vista à preservação perene das inscrições evocativas desta data notável. Não obstante o grau de destruição das suas conquistas e realizações, os seus valores continuarão a perdurar e são inseparáveis de um Portugal com futuro. Refiram-se o valor da liberdade; o valor da democracia política; o valor da democracia económica; o valor da democracia social; o valor da democracia cultural; o valor da soberania nacional e a própria Constituição da República como valor e projeto de Abril. Surge, cada vez mais como tarefa diária, a luta intensa e honesta contra as manobras de contrabando político-ideológico para reescrever a História, contra a usurpação da memória, por parte dos inimigos da Revolução ou dos que, confrontados com a profundidade das conquistas e transformações, sobretudo no palco económico, enfileiraram as forças contra-revolucionárias da recuperação e restauração capitalista, subvertendo o princípio da sujeição do poder económico ao poder político. A extraordinária força, iniciativa e criatividade das massas populares permitiu a libertação dos presos políticos, a perseguição e prisão dos Pides, a ocupação dos edifícios das organizações fascistas, a transformação das juntas de freguesia e das câmaras municipais em órgãos progressistas do próprio regime democrático em construção, a criação das Comissões de Trabalhadores e Moradores, a explosão da iniciativa cultural, a resposta à sabotagem política e económica, os saneamentos dos reacionários nos serviços públicos e de muitos patrões comprometidos com o regime fascista – ou empenhados na desestabilização da economia –, a começar na Banca, em que os trabalhadores geriram e decidiram os seus destinos antes de qualquer medida do próprio poder. Lênine ensinou-nos que «as revoluções multiplicam, por mil, as energias, a iniciativa e a criatividade das massas populares». Excelências: Vivemos, assim, tempos exigentes. Sopram ventos de exploração e ignomínia, de abjeta manipulação, de limitação à liberdade e à democracia, de agressão, guerra e barbárie mas, ao mesmo tempo,

evidenciam-se as contradições insanáveis do sistema capitalista que mostram os seus limites históricos, e emerge com vigor a força da luta dos trabalhadores e dos povos. Vivemos tempos de grandes perigos. Trinta e nove anos de política de direita, com três anos de Pacto de Agressão, assinado por PS, PSD e CDS-PP, que conduziram o País a uma situação insustentável. Nos últimos três anos foram destruídos cerca de 500 mil postos de trabalho, elevando o desemprego para mais de um milhão e trezentos mil desempregados, dos quais só cerca de um terço recebe subsídio de desemprego; mais de setenta mil empresas foram forçadas ao encerramento; foi prosseguida a degradação e destruição de reformas e pensões; mais de 250 mil trabalhadores, em grande número jovens, foram forçados a emigrar; assistiu-se à destruição crescente do Serviço Nacional de Saúde e do acesso à educação e ao ensino; assistiu-se a um ataque, sem precedentes, à autonomia do Poder Local Democrático, com gravíssimos reflexos na qualidade de vida das populações; o País foi alvo de novas investidas de delapidação de empresas e sectores estratégicos. No que diz respeito à questão que versa sobre o Poder Local, dizer que este é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira. A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências. Importa ainda realçar a participação heroica das mulheres na ação política e revolucionária, assumindo, simultaneamente, o fator ímpar e concreto da sua emancipação. Contudo, a profunda transformação das condições sociais das mulheres só foi possível com a Revolução de Abril. Assim, a emancipação da Mulher no Portugal de Abril ensina-nos que «o processo revolucionário português teve em todos os domínios uma presença marcante da mulher. Elas vieram à rua, integrando as manifestações de alegria ou de luta. Estiveram na primeira linha da ocupação das terras da Reforma Agrária e na ocupação das fábricas, contra a sabotagem económica». Senhoras e Senhores: O tempo que vivemos dá cada vez mais atualidade aos seis eixos da política patriótica e de esquerda que, há muito, o PCP propõe, assentes: na renegociação da dívida – nos seus montantes, prazos e juros – rompendo com o garrote que ela constitui ao desenvolvimento soberano de Portugal; na promoção e valorização da produção nacional, recuperando para o controlo público os sectores e empresas estratégicas, designadamente, do sector financeiro; na valorização dos salários e rendimentos dos trabalhadores e do povo, assegurando o respeito pelos direitos; na defesa dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, concretamente, no direito à educação, à saúde e à proteção social; na adoção de uma política fiscal que desagrave a carga sobre os rendimentos dos trabalhadores e dos pequenos e médios empresários, e tribute fortemente os rendimentos do grande capital, os lucros e a especulação financeira; na rejeição da submissão às imposições do Euro e da União Europeia,

recuperando para o País a sua soberania económica, orçamental e monetária. Termino, dando vivas a este quadragésimo primeiro aniversário da Revolução do 25 de Abril, celebrado nas vésperas de mais um Aniversário do 1º de Maio, dia Internacional do Trabalhador, convencido de que a luta é dura, provavelmente prolongada, mas sendo possível a alternativa. Abril valeu a pena! Abril vale a pena! Sim, é possível lutar pelos Valores de Abril no Futuro de Portugal.” -----

----- **VÍTOR PATRÍCIO RODRIGUES RIBEIRO (CDS-PP):**- Transcreve-se na íntegra o texto que serviu de base à sua intervenção: “Realizamos hoje mais uma celebração sobre a revolução de 25 de abril! As eleições que nos elegeram, ao abrigo da Constituição elaborada após o 25 de Abril de 1974, é uma conquista da revolução dos cravos que hoje assinalamos os 41 anos e que é um marco incontornável da história recente do país. Eu sou um dos muitos portugueses, cerca de metade da população, que nessa data ainda não era nascido. Contudo, não quero esquecer aqueles que em alguns casos deram a vida em troca de um sonho, de um projeto de futuro assente nos valores da liberdade e por conseguinte da democracia. Acreditaram por certo nas gerações vindouras para dar continuidade a esse projeto. Acreditaram por isso em muitos portugueses, da minha geração, para fazer renascer um país com credibilidade, com esperança, com oportunidades, com seriedade, com honestidades e com palavra. Olhamos para trás e vemos que muitos destes valores foram esquecidos, não pelos da minha geração, mas antes por muitos dos que atravessaram esses momentos da revolução. É indiscutível que Portugal é hoje um país mais livre. Hoje podemos orgulhosamente constatar que fazemos parte dos cerca de 14% da população mundial que vive em democracia plena. Devemo-lo indiscutivelmente ao grupo de jovens que movidos por um sonho de liberdade, valores e princípios, para Portugal, se arriscaram em nome de todos nós e nos trouxeram a esperança de Abril. O Sr. Presidente da República referiu à uns anos atrás que «que os agentes políticos devem prestar contas do que fazem, aqui me encontro para dizer aos Portugueses que continuo convencido que a juventude é o horizonte de qualquer comemoração do 25 de Abril verdadeiramente digna desse nome». Ele sabe, como nós, o valor dos jovens portugueses que se destacam lá fora pelo mérito e reconhecida competência nas empresas, na investigação e em outras esferas sociais. Não posso estar mais de acordo com as suas palavras. Não foi a minha geração que produziu a revolução, como também não fomos nós os responsáveis pelos destinos do país e deste concelho nos últimos 40 anos que permitiram: - Criar uma sociedade com profundas desigualdades e de desrespeito pelos mais velhos; - Criar uma sociedade em que a justiça, a educação, a saúde e outros serviços fundamentais parecem não ser iguais para todos; - Criar uma sociedade onde a família deixou de ser valorizada; onde a palavra, a honra, a ética ou o dever do serviço público deixaram de ter significado na política; - Temos uma sociedade que envelhece e onde mais de um milhão e duzentos mil idosos vivem sozinhos ou na companhia de outro idoso. Falamos muito das instituições, das “instituições” e das “instituições” e muito pouco da família que é a mais importante das instituições; - Entristece-nos o descrédito dos jovens em Portugal, que pela inércia de muitos autarcas se veem forçados a emigrarem perdendo a esperança no país. Aquela

esperança que motivou e sustentou o sucesso da revolução dos cravos. O descrédito vê-se, por exemplo, no aumento da abstenção eleitoral. Continuamos a ter políticos que em troca do voto esquecem o valor da palavra e de falar a verdade. Muitos não dizem o que pensam ou o que sentem. Mas antes dizem o que devem em função das circunstâncias e das plateias. É importante reconhecer e elogiar o passado recente, mas também refletir sobre o presente para melhorar o futuro. Finalizo a minha intervenção lembrando as palavras proferidas por um dos 1.ºs presidentes da República no pós-25 de abril. Sinto-me confortável por o citar pois não é do meu partido mas é uma figura incontornável da nossa história recente. A sua resposta à pergunta sobre qual o futuro da demografia/sociedade: “Os mais jovens são os que melhores condições têm para dar essa lição de democracia porque ainda não presos a interesses que não sejam interesses do desenvolvimento” (General Ramalho Eanes). Acredito profundamente no valor da minha geração e faço minhas as palavras do General Ramalho Eanes. Viva a Liberdade! Viva Portugal! Viva Amares!” -----

----- **ELISABETE MARIA MARTINS DE MACEDO (PSD):-** Transcreve-se na íntegra o texto que serviu de base à sua intervenção: “Celebramos hoje um dos dias mais marcantes da história nacional, o dia em que o povo português festeja a LIBERDADE. A partir desta data todos os cidadãos ganharam o direito de dizer publicamente o que pensam, podem reunir-se e manifestar-se livremente, porque o 25 de Abril trouxe os direitos fundamentais. É disso exemplo esta assembleia municipal eleita de representantes do povo, porque o 25 de Abril nos trouxe eleições livres e a democracia. Ao comemorarmos os 41 anos do 25 de Abril, e para melhor o compreendermos, devemos recordar o regime que o antecedeu - a ditadura - regime em que não existia liberdade, em que os governantes não eram democraticamente eleitos, em que as pessoas não tinham voz para dizer o que pensavam. Felizmente e graças aos bravos militares de Abril, todos os que nascemos depois de Abril de 1974, todos os que neste ano temos menos de quarenta e um anos, desconhecemos a experiência de viver sob um regime autoritário. Felizmente também com o decorrer dos anos, será cada vez maior o número de pessoas que sempre viveram em liberdade. É bom que assim seja, trata-se de um sinal de que a democracia perdura e se encontra enraizada no nosso quotidiano. Mas se o 25 de Abril representou uma revolução para a população em geral representou ainda mais para as mulheres portuguesas (que tal como nos diz Fernanda Mateus) podemos considerar uma autêntica revolução dentro da própria revolução. Com o 25 de Abril abriram-se para as mulheres as portas para a conquista de um lugar digno na sociedade, em igualdade de direitos com o homem, e não numa mera posição subalterna. São disso exemplo as medidas revolucionárias verificadas nas mais diversas áreas do trabalho à segurança social passando pelo direito da família, na esfera pessoal com a criação de equipamentos sociais (creches, jardins de infância, lavadouros públicos, entre outros) e de infra-estruturas básicas (rede de água, esgotos, eletricidade), todas estas medidas tendo repercussões imediatas e positivas nas suas vidas. Para esta verdadeira Revolução na vida das mulheres muito contribuiu a aprovação da Constituição em 1976, que consagrava a igualdade entre mulheres e homens em todos os domínios da vida, e cuja entrada em vigor determinou a revogação de todo o

direito discriminatório ainda existente. Entre a matéria mais relevante: A consagração de que todos os cidadãos são iguais perante a lei. Os cônjuges possuem direitos e deveres iguais no casamento e que os filhos nascidos fora do casamento não podiam ser objeto de discriminação. Estabelecidos direitos e deveres sociais, tais como: segurança social, saúde, habitação. Atribuída ao Estado a incumbência do desenvolvimento de uma rede nacional de assistência materno-infantil e a divulgação dos métodos de planeamento familiar. Reconhecimento da maternidade como valor social eminente, e o direito a uma licença de parto sem perda de retribuição e quaisquer regalias. Garantido o direito ao trabalho para todos, incumbindo ao Estado garantir a igualdade de oportunidades na escolha de profissão e na progressão da carreira e o princípio do salário igual para trabalho igual. A nível legislativo foi ainda determinante e de extrema importância a entrada em vigor, em 1978, da Revisão do Código Civil em que foram abolidas as disposições discriminatórias do Direito da Família quer quanto à mulher quer quanto aos filhos do qual podemos destacar: A mulher deixa de ter estatuto de dependência para ter estatuto de igualdade no seio da família. Desaparece a figura do “chefe de família”. O governo doméstico deixa de pertencer, por direito próprio à mulher. O casal decide em comum qual a sua residência. A mulher deixa de precisar de autorização do marido para ser comerciante. Cada um dos cônjuges pode exercer qualquer profissão ou atividade sem o consentimento do outro. Na constância do matrimónio, o exercício do poder paternal pertence a ambos os cônjuges. Os direitos dos filhos não dependem da existência do casamento entre os pais; não há qualquer discriminação legal contra os filhos nascidos fora do casamento. Com a revolução de Abril cujo 41º aniversário hoje comemoramos foram implementadas algumas das medidas que ainda hoje vigoram no nosso direito e são considerados fundamentais: A nível do direito do trabalho: Verificou se a fixação do salário mínimo nacional aumento generalizado de salários, garantia de emprego, férias, subsídio de férias e de Natal; diminuição das diferenças salariais, supressão do tratamento legal ou convencional claramente discriminatório; Abertura às mulheres das carreiras da magistratura judicial e do ministério público e dos quadros de funcionários da justiça, carreira diplomática, militar e a todos os cargos da carreira administrativa local; Abolidas todas as restrições baseadas no sexo quanto à capacidade eleitoral. No que diz respeito ao direito da família; Alteração do artigo XXIV da Concordata, passando os casamentos católicos a poder obter o divórcio civil; Abolido o direito do marido abrir a correspondência da mulher; Criação das consultas de planeamento familiar nos centros de saúde materno-infantil; Ampliação do período de licença de maternidade estando abrangidas todas as trabalhadoras, bem como o direito à dispensa de trabalho para consultas pré-natais e amamentação; Previsto o direito a condições especiais de segurança e saúde nos locais de trabalho para trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes; Estabelecimento de presunção de que o despedimento dessas trabalhadoras é feito sem justa causa. Previstas diversas licenças para acompanhamento de filhos menores, e filhos deficientes e com doenças crónicas. E hoje volvidos que são 41 anos da revolução de Abril podemos constatar que temos cada vez mais mulheres a ocupar cargos de relevo na nossa sociedade e nas mais diversas áreas quer políticas quer económicas, científicas de justiça e outras.

A nível político e pelas mãos do PSD em 2008 tivemos pela primeira vez uma mulher portuguesa a chefiar um partido político, quando Manuela Ferreira Leite se tornou presidente da Comissão Política Nacional do PSD, cargo que deixou em Abril de 2010. Atualmente e desde 2011 a presidência da Assembleia Republica é um cargo ocupado por uma mulher- Assunção Esteves - é a primeira mulher a ocupar tal cargo, a segunda figura do Estado Português. O atual governo de coligação PSD - CDS PP é também um bom exemplo do papel das mulheres na sociedade mais propriamente no governo de Portugal pois temos algumas mulheres como titulares das mais diversas pastas. Temos no ministério do Estado e das Finanças a Dr<sup>a</sup> Maria Luís Albuquerque, no ministério da justiça Dr<sup>a</sup> Paula Teixeira da Cruz, no ministério da Administração interna Dr<sup>a</sup> Anabela Rodrigues, e no ministério da agricultura e do mar Dr<sup>a</sup> Assunção Cristas. A nível do direito temos pela primeira vez uma mulher na presidência da Procuradoria-Geral da Republica cargo ocupado pela Dr.<sup>a</sup> Joana Marques Vidal desde 2012. E muitas outras mulheres poderiam aqui ser nomeadas pois são cada vez mais as áreas em que estas desempenham uma função de destaque. Apesar de todos estes bons exemplos de mulheres e do seu papel na sociedade há ainda muito a fazer para que não se verifiquem alguns dos atropelos a que temos assistido. Há ainda muito a fazer no que concerne à violência doméstica quer contra mulheres quer contra crianças pois, é de todo impensável que em pleno século XXI continuem mulheres a estar subjugadas aos companheiros e muitas vezes por vergonha ou receio da sociedade não tem possibilidade de se defenderem do mesmo acabando por perder a vida em suas mãos. Aquele que deveria ser o companheiro para a vida torna-se assim causa de morte. É preciso que quer as forças de segurança quer a população em geral quer cada um de nós em particular não julgue nem despreze qualquer que seja o sinal de alarme. Pois tal como os militares de Abril precisaram de sair do quartel e vieram para a rua fazer revolução também nós teremos de sair dos nossos casulos, da nossa área de conforto para que a sociedade possa evoluir e se torne cada vez mais livre. Viva o 25 de Abril. Viva Amares. Viva Portugal.”-----

----- **SOFIA AMÉLIA ARAÚJO PINTO (MIAP):**- Transcreve-se na íntegra o texto que serviu de base à sua intervenção: “Estamos aqui hoje para, mais uma vez, comemorar o 25 de Abril ou a chamada Revolução dos Cravos. A importância histórica daquele dia acentua-se cada vez mais, com o passar dos anos, pelo que representou para o Povo português. Naquele dia, em 1974, os portugueses disseram NÃO a um regime que os aprisionava nos seus mais elementares direitos como por exemplo o Direito à liberdade de pensamento e de expressão, direito ao ensino para todos, direito a eleições democráticas, entre muitos outros. A igualdade entre homens e mulheres era uma coisa impensável antes da Revolução. Ser homem ou mulher significava ter direitos e obrigações bem diferentes. O Estado Novo criou uma mulher submissa e subalterna onde o próprio homem se sobrepunha. Com a Revolução dos Cravos, que simbolizava também princípios de Justiça Social, a **Igualdade** entre mulheres e homens tornou-se uma condição de justiça social. A presença das mulheres no processo revolucionário impulsionou uma profunda alteração de mentalidades, abalando preconceitos e pondo em causa valores reacionários da doutrina do regime fascista sobre o papel das mulheres na família, no trabalho e na sociedade. Podemos



dizer que nessa altura começaram a surgir em Portugal indícios pela luta do que agora chamamos de **IGUALDADE DE GÉNERO**. De um modo geral, **Igualdade de Género** significa igualdade entre Homens e Mulheres. Significa igualdade de direitos e liberdades, igualdade de oportunidades de participação, de reconhecimento e valorização de mulheres e de homens, em todos os domínios da sociedade, político, económico, laboral, pessoal e familiar. A **Igualdade de Género** exige que mulheres e homens beneficiem das mesmas condições no acesso à educação; nas oportunidades no trabalho e na carreira profissional; no acesso à saúde, no acesso ao poder e influência. A igualdade entre mulheres e homens é um princípio fundamental da **Constituição da República Portuguesa**. Mas as lutas travadas em ABRIL de 74 em relação à justiça social entre Homens e Mulheres ainda hoje são atuais. As desigualdades e assimetrias ainda persistem em vários domínios de vida. Hoje, como em 74, torna-se necessário reivindicar e garantir os direitos fundamentais de homens e mulheres na nossa sociedade. Atualmente existe a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, que tem como MISSÃO: \* **Garantir a execução das políticas públicas no domínio da cidadania, da promoção e defesa da igualdade de género e do combate à violência doméstica e de género e ao tráfico de seres humanos, cabendo-lhe a coordenação dos respetivos instrumentos, ou seja, os Planos Nacionais**. Podemos dizer que o trabalho iniciado em ABRIL DE 74 não está terminado, mas assume sim outras configurações...

Enquanto membros desta Assembleia temos uma maior responsabilidade em lembrar e celebrar a Revolução de Abril por todo o seu significado. Em conjunto, devemos zelar para que os direitos e valores outrora reivindicados por todos sejam absolutamente defendidos e salvaguardados para que **NUNCA SE ESQUEÇA O ABRIL DE 74**. Viva o 25 de Abril.” -----

----- **FRANCISCO ANTÓNIO PEREIRA ALVES (PS)**:- Transcreve-se na íntegra o texto que serviu de base à sua intervenção: “Mais do que recordar Abril, no seu 41º Aniversário, e assinalar a Liberdade e a Democracia alcançadas pelo Povo, desígnio plasmado no gesto heroico movido por uma mão-cheia de jovens Capitães das Forças Armadas Portuguesas, na madrugada de 25 de Abril de 1974, é imperativo defender e celebrar Abril para que os ideais emanados da Revolução dos Cravos continuem vivos no coração e na vida de todos nós. Em tempos difíceis, de perda de conquistas alcançadas ao longo das últimas décadas, é responsabilidade do poder local divulgar os acontecimentos históricos, averbar a memória, defender a liberdade, incentivar e promover a celebração desta data. Tomando em suas mãos e na sua consciência a necessidade de libertar os Portugueses do jugo da ignorância, do obscurantismo, do subdesenvolvimento e da guerra colonial, os Capitães de Abril, assumiram o dever patriótico de proporcionar as condições para que a Liberdade pudesse brotar em Portugal, colocando fim à afronta que a ditadura impunha há longos 48 anos. Celebrar a Liberdade reconquistada, celebrar os valores da fraternidade e da solidariedade é, por si só, um ato de soberania incontornável. No entanto, não podemos dar como certo que a liberdade esteja adquirida, cabal e definitivamente, sobretudo quando os nossos governantes se preocupam mais em proteger os mais fortes e, constantemente, esquecem a maioria dos portugueses. É por isso que, hoje, celebramos e vivemos Abril, reafirmando uma convicção em nós enraizada que insiste em animar-nos, mesmo em momentos tão difíceis como

os que atravessamos, os quais, em múltiplos aspetos, nos indicam que está em causa a Liberdade de um povo, de um país! E sentimos que está em causa a liberdade quando os portugueses, em geral, entre inúmeras dificuldades, não conseguem sequer obter os rendimentos indispensáveis à sua alimentação e à da sua família. Sentimos que está em causa a liberdade quando assistimos a uma degradação dos cuidados de saúde prestados, em consequência de uma política de cortes e de sucessivos agravamentos de impostos sobre famílias. Sentimos que está em causa a liberdade quando «crianças e grávidas» chegam aos hospitais com fome. Sentimos que está em causa a liberdade quando vemos que a pobreza entrou, de rompante, nas salas de aula e se sentou na primeira fila. Sentimos que está em causa a liberdade quando para muitas crianças, o almoço na cantina é mesmo a sua única refeição quente que tomam todos os dias. Sentimos que está em causa a liberdade quando os pais de tantas crianças deste país sofrem insensíveis despedimentos, experimentam a pobreza e exclusão social e, por via disso, não têm dinheiro para a alimentação, nem para medicamentos. Sentimos que está em causa a liberdade quando o risco de pobreza continua a aumentar em Portugal, uma agrura que afeta, no total, já quase três milhões de portugueses, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Sentimos que está em causa a liberdade quando é negado o direito ao trabalho, o direito à dignidade, se praticam baixos salários, se acentuam as desigualdades, quando são violados os direitos de maternidade e paternidade, o direito à habitação e à constituição de família quando, enfim, tudo descamba para a instabilidade e indignidade do ser humano. Sentimos que está em causa a liberdade quando a taxa de desemprego jovem em Portugal, segundo recente relatório da OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, atinge já a maior percentagem de jovens desempregados entre os 15 e 24 anos, 35%, logo a seguir à Grécia. E é, também, de falta de liberdade que se trata quando os nossos jovens, que são dos mais preparados de sempre, não encontram qualquer alternativa de emprego em Portugal e são obrigados a emigrar e a adiar o futuro familiar. O 25 de Abril é dos portugueses, dos da direita e da esquerda democrática, dos que acreditam na democracia, dos defensores da liberdade, da igualdade de oportunidades, da universalidade da justiça, dos paladinos da regra sagrada “um homem, um voto”, da liberdade de associação, da independência económica, do princípio da separação dos poderes, da soberania do poder político, da liberdade religiosa e da liberdade de expressão. A experiência de 41 anos de Abril convoca-nos a todos e a cada um de nós, nestes tempos difíceis, a estarmos atentos e a lutar pela defesa dos direitos cujas portas Abril abriu e a recuperar daqueles direitos entretanto injustamente perdidos. Minhas senhoras e meus senhores, só a **persistência** na defesa dos ideais de Abril poderá impedir que a nossa sociedade se vergue aos detratores da liberdade! Celebrar Abril é lutar pela liberdade, pela dignidade, é tornar distinto o nosso território, é promover a qualidade de vida, é proteger o nosso quotidiano, é dar abrigo à cultura, ao saber, à arte, à criatividade, é exigir a verdade política na sua materialização sempre nobre e profunda de servir, desinteressadamente, o povo! Agarremos, pois, Abril, demos as mãos pela liberdade para que Abril não morra, mas, ao invés, reviva e renasça para todos, como alude *Frassino Machado* em seu poema “Abril”:

O espírito de Abril anda pelo chão  
Muito seco, enfezado e espezinhado  
Tanto pelo sonho que ficou desapontado,  
Como por não se ver quem lhe dê a mão...

É urgente convocar todos à Razão,  
É urgente descobrir onde está o fado  
Para que o rumo seja retomado  
E se renove a alma da Nação.

É preciso este espírito defender  
Daquela má vontade detratadora  
Que quer o *velho sonho* destruir;

Urge os nefastos elos desbloquear  
Que matam este País a toda a hora,  
Deixando a alma do povo entristecer;

Impõe-se que haja alguém a determinar  
Qual o melhor caminho a seguir  
Para que, *então*, Abril possa renascer!

*Viva o 25 de abril, Viva Amares, Viva Portugal!* ~~~~~

~~~~~ **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:-** Transcreve-se na íntegra o texto que serviu de base à sua intervenção: “Celebramos hoje 41 anos desde a madrugada de abril que fez nascer em Portugal o direito à liberdade. Madrugada em que os capitães mostraram ao mundo a força de um povo que, cansado da pobreza, da fome, da iliteracia, da guerra e da censura, quis publicamente fazer afirmação da sua grandeza. O 25 de abril foi aquele dia perfeito em que o sonho de todo um povo se concretizou, graças à ousadia de alguns Homens que acreditaram ser possível querer mais, e enfrentaram, destemidos, o poder instituído ao longo de 48 longos anos de ditadura. Nesta manhã, apesar da distância, muitos de nós podemos sentir as emoções daquele dia de 1974. A sensação de vitória, de conquista, de esperança. **Abril deixou-nos um legado em nossas mãos e a expectativa de muitas promessas. Esta celebração é momento oportuno para uma paragem, para refletir sobre o caminho percorrido e as distâncias que existem face aos ideais que outrora motivaram a revolução dos cravos. Hoje sou levado a pensar, sobretudo, no caminho que a democracia tem feito. É um caminho de maturidade e amadurecimento ou de afastamento aos valores de abril?** Na verdade, foram muitas as conquistas obtidas. Portugal estava, até então, imerso numa pobreza extrema, apatia e um atraso de desenvolvimento imenso relativamente aos outros países europeus. Abril desafiou-nos a enfrentar o medo e a crescer. O rompimento com o

regime permitiu alavancar áreas estruturantes da sociedade civil, como a educação, a saúde, a habitação, e assumir direitos até então roubados, como a liberdade de expressão. **Nesta manhã deveríamos sentir que também estamos a fazer a história da democracia de amares e de Portugal. Urge, portanto, questionar o estado atual das coisas. O que falta fazer?** Que impacto terão a médio e longo prazo as mudanças socioeconómicas a que temos presenciado nos últimos anos? Assistimos hoje – e digo-o com profunda preocupação e angústia – a um empobrecimento chocante da população que constitui um passo atrás relativamente ao caminho percorrido. Milhares de pessoas emigraram, entre esses, vários jovens qualificados, frustrados na expectativa de ser alguém e crescer no seu país. Lágrimas e revolta tomam conta de muitos projetos de vida e desestruturam muitas famílias. Situações que todos nós conhecemos porque as vivemos entre os que nos são próximos. O empobrecimento traduz-se na privação de bens essenciais mas também se vai refletir na estrutura das famílias, na educação, na vida social, na natalidade, enfim, naquilo que seremos enquanto nação. As políticas implementadas pelo governo atual terão consequências que ainda não somos capazes de avaliar e medir. Há um saque aos sonhos e vidas das pessoas. Mudanças que obedecem a lógica de mercados financeiros e interesses económicos e marginalizam - com o consentimento da União Europeia - valores como a solidariedade e a coesão social. O poder local vive de perto este drama. Nós somos um povo pacífico, um povo que canta a Grândola para se manifestar e mostrar descontentamento. Mas o poder político não pode arredar caminho sem ver aqueles que, muitas vezes em silêncio, vivem dramas profundos. A fome, o desemprego, os maus tratos, o desespero, a depressão e o medo do futuro não são números, nem gráficos, nem estatísticas. Para nós, autarcas, são pessoas que todos os dias batem à porta à procura de respostas, de apoios, de esperança para por as pernas a andar para o futuro. Questionado o ponto a que chegamos, outra pergunta surge inevitavelmente. Qual o papel a desempenhar? Qual o contributo que o sistema democrático pede a cada um de nós? Como políticos, como cidadãos, como pais, como trabalhadores. Como dirigentes. Pois afirmo-vos, da minha parte, como presidente deste município, que o combate às desigualdades sociais, o acesso à educação e o direito à dignidade pessoal são lutas prioritárias e, com todas as forças, continuarei a viver de perto e procurar respostas para estes problemas e dificuldades dos amarenses. Ao longo dos 18 meses de mandato ao serviço dos amarenses temos procurado dar respostas concretas nestas áreas. Desenvolvemos medidas com vista a promover o acesso à saúde, nomeadamente através do pagamento integral da vacina da meningite a todas as crianças e a comparticipação de medicação a idosos carenciados; Procuramos facilitar a igualdade no acesso à educação através do apoio à escola pública e pagamento integral dos passes até ao 12º ano, assumindo a educação e o conhecimento como o principal fator de criação de riqueza futura; Promovemos o acesso a várias atividades desportivas e culturais em parceria com as associações do concelho; Implementamos um sistema que garante a qualidade e equilíbrio nutricional das refeições de todas as crianças que frequentam os centros escolares do concelho de amares; Criamos o gabinete do empreendedorismo com o objetivo de facilitar a criação do próprio emprego e estimular e apoiar os empresários locais. O investimento nas pessoas, a capacitação da

população, as medidas de apoio às dificuldades económicas, são projetos menos visíveis do que estradas e edifícios. Mas são essas pessoas que nos ajudarão a ser o futuro. Desenhar amares como um concelho com qualidade de vida e promover a fixação da população é um dos objetivos que orienta a nossa ação. Que Abril traga esta inspiração de nos fazer acreditar nos mais nobres valores da sociedade. Eu acredito no futuro e na nossa capacidade de crescer e acredito que o desafio da humanização da ação política no seu sentido mais abrangente fará a diferença. Poderemos, assim, travar a distância entre o sistema político, a sociedade civil e os cidadãos. Poderemos substituir as sementes de desinteresse e desânimo por sementes de esperança, colaboração e solidariedade. Que o vento de abril nos espalhe as sementes boas para uma farta colheita. Viva o 25 de Abril! Viva a liberdade! Viva Amares!” -----

----- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**- Transcreve-se na íntegra o texto que serviu de base à sua intervenção: “O programa destas comemorações é possível devido à disponibilidade da Banda Filarmónica de Amares, Grupo Coral da APEA, Clube Desportivo Recreativo e Cultural Amarense, Bombeiros Voluntários de Amares, Núcleo da Cruz Vermelha de Amares e Secção Columbófila de Amares. **Aos quais agradeço.** Quero aproveitar este momento, também, para salientar o contributo, dos membros desta Assembleia Municipal, no engrandecimento e prestígio da nossa “casa da democracia”. Durante este último ano, não raras vezes assistimos a debates de qualidade centrados na defesa dos interesses dos Amarenses, em que os senhores membros da assembleia municipal expressaram livremente os seus pontos de vista e as suas posições. Devo dizer que sempre o fizeram com grande elevação e respeito, o que contribuiu, e muito, para valorizar e dignificar o papel desta Assembleia Municipal. A participação dos Amarenses também se fez notar na intervenção do público desta assembleia. Estas intervenções devem ser motivadas porque elegem como ponto de discussão e intervenção a assembleia municipal e são elas próprias a essência democracia. O general Péricles há 2400 anos, em Atenas, que se encontrava no ápice da democracia, mas atravessando um período difícil da sua história, envolvida numa penosa e sangrenta guerra, dirigiu-se à sua cidade e, apresentou as razões, no seu entender, pela qual morriam milhares de jovens em defesa de Atenas: "A nossa constituição política não segue as leis de outras cidades, antes lhes serve de exemplo. O nosso governo chama-se democracia, porque a administração serve aos interesses da maioria e não de uma minoria. De acordo com as nossas leis, somos todos iguais no que se refere aos negócios privados. Quanto à participação na sua vida pública, porém, cada qual obtém a consideração de acordo com os seus méritos e mais importante é o valor pessoal que a classe a que se pertence; isto quer dizer que ninguém sente o obstáculo da sua pobreza ou da condição social inferior, quando o seu valor o capacite a prestar serviços à cidade.” **Um discurso que nos faz refletir sobre** o valor das coisas, do que conquistámos; o valor de Portugal e do 25 de abril. O valor dos sacrifícios de quem contribuiu para a revolução de abril e sua consolidação. E o percurso de muitos para aqui chegarmos. Ao fim destes anos este discurso continua atual, inovador e por cumprir. Num sistema assistencialista da caridade pequena para o qual estamos a caminhar, com muitas famílias a enfrentarem sérias dificuldades para suportarem o flagelo do desemprego e

consequente emigração forçada. Vivemos hoje momentos menos livres e menos seguros. Caminhamos para a desumanização e, conseqüentemente, para a perda da independência individual de intervir na sociedade como cidadãos livres. E, por isso, também, cada vez mais assistimos à forma atomizada de qualquer tentativa de participação efetiva dos cidadãos nas decisões locais, regionais e nacionais. As guerras de hoje estão na cidadania através da participação democrática lutando na defesa dos ideais de abril. Não nos podemos limitar a desempenhar um papel de escrutínio eleitoral, apesar de esse também sofrer com a abstenção. Se não participamos ativamente enquanto cidadãos, de forma constante e atenta, poderá ser tarde como nos diz o poeta Eduardo Alves da Costa, “Na primeira noite eles se aproximam e roubam uma flor do nosso jardim. E **não dizemos nada**. Na segunda noite, já não se escondem; pisam as flores, matam nosso cão, e **não dizemos nada**. Até que um dia, o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a luz, e, conhecendo nosso medo, arranca-nos a voz da garganta. E **já não podemos dizer nada**.” Não podemos desvalorizar a importância da intervenção pública porque celebrar Abril e fazer democracia é denunciar, sem medos, com seriedade e com exigência, os novos perigos e ameaças para as liberdades dos cidadãos. A Assembleia Municipal é o lugar, por excelência, da palavra e como em Abril, a palavra é a arma. Viva a liberdade. Viva Amares. Viva Portugal.” -----

#### PERÍODO DE INTERVENÇÕES DO PÚBLICO

----- Não se registou qualquer formalização de pedido de intervenção. -----

----- Sendo doze horas e trinta e três minutos e não havendo mais nada a tratar, o sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a presente reunião (única), da primeira sessão extraordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Amares, da qual se lavrou a presente Ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **João Januário Tomás Domingues Veloso de Barros**, que dirigiu os trabalhos, e por mim, **Rui Agostinho Gonçalves Veloso**, Técnico Superior do Mapa de Pessoal único deste Município, para tal efeito designado, que a redigi e dou fé de que tudo se passou como nela fica exarado. -----

---

Presidente da Assembleia Municipal  
(João Januário Tomás Domingues Veloso de Barros)

---

O Técnico Superior  
(Rui Agostinho Gonçalves Veloso)